



## TRAMA GOLPISTA

# Bolsonaro perto do banco dos réus

Primeira Turma do STF decide hoje se acata a denúncia contra o ex-presidente e sete aliados por tentativa de derrubar a democracia. Caso a acusação seja aceita, terá início o processo penal. Na sessão inicial de análise, ministros rejeitam todos os pedidos das defesas

» LUANA PATRIOLINO  
» MAIARA MARINHO

O julgamento da denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e sete aliados dele, acusados de integrarem o chamado “núcleo crucial” da tentativa de golpe de Estado, será retomado nesta manhã, com o voto do relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, e dos demais membros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). A expectativa é de que a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) seja acatada por unanimidade, tornando réus os oito suspeitos de atentarem contra a democracia.

No primeiro dia da análise, ontem, Bolsonaro apareceu de surpresa e sentou na primeira fila, ao lado de advogados (**leia reportagem na página ao lado**). Foi a primeira vez que um acusado compareceu à avaliação de uma denúncia em que é implicado. A defesa dele e as dos demais acusados, porém, amargaram derrotas em série na sessão. Os ministros rejeitaram todos os pedidos que fizeram. Nas sustentações orais, os advogados questionaram a competência do colegiado para julgar o caso, a participação dos ministros e, até mesmo, a delação premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro de Mauro Cid, que é o eixo da denúncia (**leia reportagem na página 4**). Todos os argumentos foram rebatidos pela PGR e pelo STF.

Além de Bolsonaro, foram acusados, nesse grupo, os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o deputado federal e ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem; o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Os integrantes desse núcleo são apontados pela Procuradoria como os principais responsáveis pela trama golpista. Segundo a denúncia, o grupo formou o núcleo central da “organização criminosa”, cujas decisões e ações foram fundamentais para a tentativa de derrubar a democracia.

Caso a denúncia seja aceita, começará a ação penal na Corte. Haverá a fase de produção de provas por parte da acusação e dos advogados de defesa, serão realizadas oitivas de testemunhas e analisados documentos que possam reforçar ou enfraquecer a acusação.

Após essas etapas, os magistrados decidirão pela condenação ou absolvição dos réus. A data de um possível julgamento ainda não foi definida. Considerando os trâmites legais, o caso pode ser julgado ainda no primeiro semestre deste ano.

O processo ficou no colegiado devido a mudanças internas da Corte. Em 2023, foi restabelecida a competência das Turmas para analisar casos penais, ou seja, investigações e processos em que se apura se houve crime. A denúncia foi encaminhada para a Primeira Turma porque o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, integra o colegiado.

Ao fazer a leitura preliminar do relatório, Moraes deu uma descrição detalhada do caso e reiterou que as defesas dos denunciados tiveram total acesso às provas.

“Indeferi pedidos de acesso e indiquei para a defesa de Bolsonaro um tutorial para acesso às provas que a defesa diz não ter tido acesso”, disse Moraes.

Em manifestações anteriores, a defesa de Bolsonaro reclamou de restrições ao acesso às provas do inquérito, alegando um suposto “cerceamento”. Celso Vilar, advogado do ex-chefe do Executivo, afirmou que não foi disponibilizada a integralidade dos documentos.

Moraes também destacou um trecho da denúncia feita pela PGR. “A natureza estável e permanente da organização criminosa é evidente em sua ação progressiva e coordenada, que se iniciou em julho de 2021 e se estendeu até janeiro de 2023. As práticas da organização caracterizaram-se por uma série de atos

Felipe Sampaio / STF



Bolsonaro apareceu de surpresa na sessão na Primeira Turma, o que foi lido como uma tentativa de intimidação



**A responsabilidade pelos atos lesivos à ordem democrática recai sobre organização criminosa liderada por Jair Messias Bolsonaro baseada em projeto autoritário de poder”**

**Trecho lido pelo ministro Alexandre de Moraes**

dolosos ordenadas à abolição do Estado Democrático de Direito e à deposição do governo legitimamente eleito”, frisou.

Durante a sessão, o ministro ainda mencionou o julgamento dos golpistas do 8 de Janeiro. “Aproveitei para desfazer narrativa completamente inverídica, de que o STF estaria condenando velhinhas com a Bíblia na mão, que estariam passeando pela Praça dos Três Poderes. Nada mais mentiroso do que isso”, sustentou.

### Saiba mais

## Núcleo crucial da ofensiva

No mês passado, a PGR denunciou 34 pessoas, entre elas o ex-presidente Jair Bolsonaro, por estimular e realizar atos contra os Três Poderes e contra o Estado Democrático de Direito. Os julgamentos foram fatiados em quatro núcleos para facilitar as análises caso a caso.

A denúncia que está sendo avaliada neste momento envolve o “núcleo 1” ou “núcleo crucial” da trama golpista — os líderes das articulações do golpe. Além de Bolsonaro, foram acusados, nesse grupo, Walter Braga Netto (ex-ministro da Defesa e Casa Civil), Augusto Heleno (ex-ministro do GSI), Alexandre Ramagem (deputado federal e ex-diretor da Abin), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha) e Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro).

O segundo grupo, segundo a PGR, tinha o papel de gerenciar as ações elaboradas pela organização. O terceiro assumiu como missão principal executar as ações coordenadas pelo núcleo anterior. A quarta ala da organização golpista, de acordo com a Procuradoria, foi designada por Bolsonaro para coordenar as estratégias de desinformação.

A denúncia também destaca um plano de assassinato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes.

Outra conexão é o apoio aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram na depredação dos prédios dos Três Poderes —, como a última cartada do chamado grupo criminoso.

Bolsonaro teve participação direta na tentativa de golpe, segundo a Polícia Federal. “Planejou, atuou e teve o domínio de forma direta e efetiva” dos atos que levaram ao golpe de Estado, que não se consumou por “circunstâncias alheias à sua vontade”.

## Organização criminosa, diz Gonet

Na sessão de ontem do STF, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, defendeu o recebimento da denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e sete aliados dele por participação na tentativa de golpe de Estado.

“A organização tinha por líderes o próprio presidente da República e o seu candidato a vice-presidente, general Braga Netto. Todos aceitaram, estimularam e realizaram atos tipificados na legislação penal de atentado contra a existência e independência dos Poderes e o Estado Democrático de Direito”, enfatizou Gonet.

Segundo ele, as provas reunidas no relatório da Polícia Federal são suficientes para atestar que os envolvidos atuaram como uma organização criminosa para a prática de diversos crimes.

“A denúncia retrata acontecimentos protagonizados pelo agora ex-presidente da República Jair Bolsonaro, que formou com outros civis e militares uma organização criminosa que tinha por objetivo gerar ações que garantissem sua continuidade no poder, independentemente do resultado da eleição presidencial de 2022”, sustentou.

De acordo com o PGR, a denúncia cumpriu os requisitos necessários para ser aceita pela Suprema Corte. Ele destacou que todos os fatos estão narrados em ordem cronológica, com a indicação dos envolvidos e a descrição suficiente da participação de cada um.

“O episódio foi fomentado e facilitado pela organização denunciada, especialmente pelos denunciados que estavam, a esta altura, na Secretaria de Segurança do Distrito Federal”, disse. “A decisão dos generais, especialmente dos que comandavam regiões, e do comandante do Exército de se manter no seu papel constitucional foi determinante para que o golpe, por fim, tentado, posto em curso, não prosperasse”, completou.

De acordo com a investigação, Bolsonaro ensaiava a ruptura democrática desde o início de 2021, período em que ele passou a atacar com frequência o sistema eletrônico de votação, por meio de declarações públicas em lives promovidas em seus perfis nas redes sociais.

Gonet também lembrou do plano Punhal Verde e Amarelo. Ele enfatizou que o grupo investigado, conforme apontam as apurações, fez uma espécie de “tocaia” para os alvos e reiterou que Bolsonaro sabia e concordou com o plano para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“As investigações revelaram aterroradora operação de execução do golpe, em que se admitia até mesmo a morte do presidente da República e do vice-presidente da República eleitos, bem como a de ministro do Supremo Tribunal”, ressaltou, referindo-se, também, ao vice Geraldo Alckmin e ao ministro Alexandre de Moraes.

Em um discurso firme, o PGR buscou chamar a atenção para a gravidade do plano golpista e para o risco que a trama representou à democracia do país. As provas consideradas mais contundentes foram citadas em diferentes passagens da manifestação, como a minuta golpista e o rascunho de discurso que seria lido por Bolsonaro após a deposição de Lula.

“A organização criminosa documentou seu projeto e, durante as investigações foram encontrados manuscritos, arquivos digitais, planilhas e trocas de mensagens reveladoras da marcha da ruptura da ordem democrática”, destacou.